

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012055-29.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **NEUSA KLEIN ROSA**  
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**NEUSA KLEIN ROSA** propôs ação de cobrança securitária (DPVAT) contra **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**. Alega que em 10 de janeiro de 2008 ocorreu acidente de trânsito que lhe ocasionou lesões graves, requerendo indenização securitária no valor de R\$ 13.500,00.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 11/19.

Gratuidade deferida (fl. 20).

A requerida, citada (fl. 24), contestou o pedido (fls. 26/84). Preliminarmente, pediu a retificação do polo passivo, bem como argumentou sobre a inépcia da inicial, prescrição e ausência de laudo emitido por órgão oficial. No mérito, pugnou pela observância do princípio da adstrição, da necessidade de realização de perícia técnica, e impugnou os cálculos. Requereu a improcedência.

Veio a réplica do autor (fls. 88/98).

Manteve-se a ré no polo passivo, bem como foram afastadas as demais preliminares (fl. 102).

Houve agravo retido em razão do não reconhecimento da prescrição (fls. 105/114).

Laudo pericial às fls. 136/141.

Alegações finais (fls. 145/151 e 154/166).

**É o relatório.****Fundamento e decido.**

Trata-se de demanda em que se almeja o recebimento de indenização securitária (DPVAT) em razão da ocorrência de acidente de trânsito com sequelas.

As preliminares já foram afastadas, consoante fl. 102.

Consigna-se, ainda, que em que pesem as afirmações de fls. 145/151, mantenho o não reconhecimento da prescrição, uma vez que apenas a realização do exame radiológico não se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

mostra suficiente para que se tenha ciência de incapacidade.

De mais a mais, a prova existente nos autos é suficiente para o deslinde da causa, sendo absolutamente despendiosa a produção de qualquer outra.

Pois bem, embora não se encontre o julgador adstrito aos laudos periciais apresentados para a formação de seu convencimento, o resultado das perícias proporciona elementos técnicos preciosos para chegar-se à justa solução da lide.

Com efeito, restou evidenciado o comprometimento físico parcial e permanente da autora, frente à fratura de bacia, o que foi constatado pelo laudo pericial de fls. 136/141, que também reconheceu o nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e as sequelas.

Acerca das sequelas e o comprometimento físico, o perito médico o aferiu em 6,25%, devendo ser a indenização proporcional ao grau verificado, e isso levando em consideração o valor máximo para casos semelhantes, de acordo com a lei.

Não há como sustentar que a invalidez parcial autoriza o recebimento da indenização no patamar máximo, uma vez que a lei fez expressa distinção entre o valor da indenização devida na hipótese de morte ou de invalidez para estabelecer na primeira hipótese uma indenização de R\$ 13.500,00, e na segunda uma indenização de até R\$ 13.500,00.

Considerando que a invalidez pode ser total ou parcial, a lei vincula o valor da indenização ao grau da incapacidade decorrente das lesões do acidente, num critério de proporcionalidade.

Consta dos autos que o sinistro ocorreu em 10 de janeiro de 2008.

A aplicabilidade da Tabela legal e mesma da SUSEP foi confirmada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça em suas Súmulas de Jurisprudência:

*Súmula nº 474: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.” (STJ, Segunda Seção, DJe 19/06/2012, RSTJ vol. 226 p. 865, Data do Julgamento 13/06/2012).*

*Súmula nº 544: “É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.” (STJ, Súmula 544, Segunda Seção, julgado em 26/08/2015, DJe 31/08/2015).*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, a aplicação da Tabela como redutor da indenização por incapacidade parcial é questão hodiernamente superada, máxime pela Súmula 544, do E. STJ.

Aplicando-se o percentual indicado na tabela, alcança-se a indenização de 6,25% sobre o valor máximo da indenização (R\$ 13.500,00), ou seja, R\$ 843,75.

Sendo despiciendo maiores argumentos, cito:

*CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. III. Recurso não conhecido. (REsp 1119614/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 31/08/2009, RSTJ vol. 216 p. 537).*

A atualização monetária é devida sobre o valor indenizatório. Os tribunais são tranquilos em apontar que “A correção monetária não constitui acréscimo, mas simples recomposição da moeda corroída pela espiral inflacionária” (RSTJ 71/367; na mesma linha: RSTJ 23/307, 38/125, 74/387).

Ela é devida, assim, nos débitos em geral, “desde a data em que o pagamento deveria ter sido efetuado” (STJ-Corte Especial, Embargos de Divergência no REsp 28.819-SP, rel. Min. Hélio Mosimann, j. 19.03.1997), no caso considerada a data dos fatos (AgRg no Resp nº 1482716), de acordo com a tabela do E. TJ/SP.

Posto isso, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** o pedido para condenar a requerida a pagar à autora a importância de R\$ 843,75, quantia que deve ser corrigida monetariamente, pela tabela prática do TJSP, da data dos fatos (AgRg no Resp nº 1482716), com juros moratórios de 1% mensais contados da citação.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para a autora, ficando o restante a cargo da requerida, cada parte arcando com os honorários de seu patrono.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Apesar de tal observação ser desnecessária em virtude da clareza do art. 12, da Lei nº 1.060/50, a gratuidade deferida à autora não a isenta da condenação, mas somente de eventual cobrança, respeitados os ditames da norma de regência.

Transitada em julgado, e decorrido o prazo de 15 dias sem que tenha havido pagamento espontâneo, apresente o patrono da autora planilha atualizada do débito, nos termos do art. 475-B e 475-J, do CPC, consignando os índices utilizados e datas iniciais e finais de consideração dos cálculos, com o acréscimo da multa de 10%, requerendo o que entender pertinente para o prosseguimento, apontando, inclusive, a medida constritiva pretendida e atentando, se o caso, para o disposto no Provimento nº 2195/14 do Egrégio Conselho Superior da Magistratura.

P.R.I.C

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

JUIZ DE DIREITO

(documento assinado digitalmente)

São Carlos, 05 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**